

GRANDES TEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

(Organizadora)

Grandes Temas da Educação Nacional

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional / Organizadora Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
– (Grandes Temas da Educação Nacional; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-28-4

DOI 10.22533/at.ed.284180509

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Oliveira, Antonella Carvalho de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL – SUA IDENTIDADE ENTRE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO ATO INTERPRETATIVO	
Silvana Elisa de Morais Schubert Ronaldo Quirino da Silva	
CAPÍTULO 2	16
EDUCAÇÃO MUSICAL: O QUE AS PESSOAS SURDAS NOS DIZEM?	
Tatiane Ribeiro Morais de Paula Patrícia Lima Martins Pederiva	
CAPÍTULO 3	33
A ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PSICOINTELLECTUAL E EMOCIONAL NA INFÂNCIA.	
Tamires Rodrigues Lisaura Maria Beltrame	
CAPÍTULO 4	44
A DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA BRINCAR NO SÉCULO XXI	
Isabela Gonçalves de Oliveira Maria Lúcia Vinha	
CAPÍTULO 5	57
ALGUMAS IDEIAS SOBRE AS NECESSIDADES FORMATIVAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Raquel de Abreu Fochesato Quidigno Sérgio Camargo Tania Teresinha Bruns Zimer	
CAPÍTULO 6	65
BRINQUEDO: PRÁTICA INTERDISCIPLINAR EM PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Karolyne Amancio de Paula	
CAPÍTULO 7	73
A APRENDIZAGEM DOS PÓS-GRADUANDOS POR MEIO DE SEMINÁRIOS DE PESQUISA	
Cláudia Sebastiana Rosa da Silva Sônia de Fátima Radvanskei Wilson da Silva	
CAPÍTULO 8	86
A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: NUANCES E REFLEXÕES	
Letícia Schneider Caroline Elizabel Blaszkó	
CAPÍTULO 9	96
A AULA-PASSEIO DE CÉLESTIN FREINET E OS CURSOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSÍVEIS	

ENCONTROS PARA BRECAR A EROÇÃO CULTURAL PRODUTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA
(UMA PROPOSTA METODOLÓGICA)

Manoel Adir Borges Kischener
Everton Marcos Batistela

CAPÍTULO 10 108

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM TURMA DE PRIMEIRO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL

Karolyne Amancio de Paula

CAPÍTULO 11 121

A TEORIA DA APRENDIZAGEM MEDIADA DE REUVEN FEUERSTEIN: UMA PROPOSTA DE
MÉTODO DE ENSINO PARA OS “CONCEITOS MATEMÁTICOS DE RAZÃO E PROPORÇÃO”
UTILIZANDO PROPORÇÃO ÁUREA COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

Isali Lijó
Aldicea Craveiro de Lima Ferreira

CAPÍTULO 12 127

(DES) IGUALDADE DE GÊNERO E CURRÍCULO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS E
DAS MULHERES

Franciéli Arlt Lopes
Verônica Gesser

CAPÍTULO 13 142

NÍSIA FLORESTA E A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA MULHER BRASILEIRA POR MEIO DA
EDUCAÇÃO

Isabel Francisco de Oliveira Barion
Gizeli Fermino Coelho
Raquel dos Santos Quadros
Maria Cristina Gomes Machado

CAPÍTULO 14 156

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E SABERES: A RELEVÂNCIA DA PESQUISA NO CONTEXTO
ESCOLAR EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Silvia Christina de Oliveira Madrid

CAPÍTULO 15 170

EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ESPECIFICIDADES LOCAIS

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Enivaldo Assenço de Souza

CAPÍTULO 16 185

EXPOSIÇÃO DE AUTORIAS: ABRINDO CAMINHO PARA LEITURA E ESCRITA - RELEITURA E
COAUTORIA DA OBRA ABRINDO CAMINHO DE ANA MARIA MACHADO.

Genilda Alves Nascimento Melo
Célia Maria Jesus dos Santos
Andreia Quinto dos Santos

SOBRE A ORGANIZADORA..... 197

NÍSIA FLORESTA E A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA MULHER BRASILEIRA POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Isabel Francisco de Oliveira Barion

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Gizeli Fermino Coelho

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Raquel dos Santos Quadros

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Maria Cristina Gomes Machado

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

RESUMO: Ao estudar os intelectuais da história da educação brasileira do século XIX surgem vários nomes notáveis, dentre eles, Nísia Floresta (1810-1885), defensora da educação das mulheres em um país no qual a partir da independência no ano de 1822, a educação foi vista como responsável pela modernização e civilização. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar sobre as intervenções que Nísia Floresta promoveu na sociedade brasileira, no século XIX, na área da educação. O trabalho tem por finalidade compreender de que forma a autora colaborou com a educação e na busca de espaços para a mulher brasileira, bem como refletir sobre a atuação de Nísia Floresta na imprensa, com ênfase no seu caráter educativo.

As fontes utilizadas para essa pesquisa foram os livros: “Direito das mulheres e injustiças dos homens”; “Opúsculo Humanitário” e “Cintilações de uma alma brasileira”, e escritos publicados na imprensa pela intelectual. Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a elaborar uma perspectiva sobre a possibilidade de autonomia da condição da mulher com base na educação, sob um ângulo diferente do que estava posto na sociedade daquele período. No Império, a educação escolar brasileira encontrava-se desorganizada, herança do período colonial, no qual prevalecia a influência do catolicismo dogmático. No entanto, esse foi um século da urbanização crescente e de ideias vindas da Europa que influenciaram intelectuais brasileiros. Diante desse cenário, Nísia Floresta desenvolveu sua produção intelectual, objetivando uma formação feminina, que privilegiasse os mesmos conteúdos ensinados ao sexo masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. História da Educação. Nísia Floresta.

ABSTRACT: In studying the intellectuals of the history of Brazilian education of the XIX century, several notable names arise, such as: Nísia Floresta (1810-1885). She was an advocate of the education of women in a country where from the independence in 1822, the education

was seen as responsible for modernization and civilization. Therefore, this text aims to analyze the interventions that Nísia Floresta promoted in the Brazilian society in the XIX century in the area of education. The purpose of the text is to understand how the author collaborated with the education and the search of spaces for the Brazilian woman, as well as reflecting on Nísia Floresta's participation in the press, focusing on her educational character. The sources used to write this research were their books. Thus, we highlight her following books written in Portuguese language: *Direito das mulheres e injustiças dos homens*; *Opúsculo Humanitário* and *Cintilações de uma alma brasileira*, and some written published in the press by the intellectual. Nísia Floresta was one of the first women to draw up a perspective about the possibility of autonomy of the woman's condition based on education, at a different angle than was put in the society of that period. In the Empire, the Brazilian school education was disorganized. This was the result of the inheritance of the colonial period in which the influence of dogmatic Catholicism prevailed. However, this was a century of growing urbanization and ideas coming from Europe that influenced the Brazilian intellectuals. Nísia Floresta developed her intellectual production aiming at a female education. In this sense, she privileged the same content taught to man.

KEYWORDS: Education. History of Education. Nísia Floresta.

INTRODUÇÃO

Esse capítulo de livro faz parte das pesquisas vinculadas ao grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares da Universidade Estadual de Maringá. O grupo define-se pela investigação sobre educação e história da educação, entendida em sua articulação com a sociedade, em seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

Ao estudar os intelectuais da história da educação brasileira do século XIX, surgem vários nomes notáveis, dentre eles, Nísia Floresta (1810-1885). Sua relevância para a História da Educação Brasileira está vinculada à luta empreendida em defesa de uma educação científica para a formação das mulheres durante o período Imperial. Essa militância lhe garantiu o reconhecimento de ser uma das primeiras mulheres a elaborar uma perspectiva sobre a possibilidade de autonomia da condição da mulher, com base na educação, pois sua perspectiva esteve pautada sob um ângulo diferente do que estava instituído na sociedade brasileira, pois naquele período, o ensino ofertado para as mulheres valorizava as prendas domésticas, em detrimento dos conhecimentos científicos. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar sobre as intervenções que Nísia Floresta promoveu na sociedade brasileira, no século XIX, na área da educação, assim como compreender de que forma a autora colaborou com a educação e na busca de espaços para a mulher brasileira, da mesma maneira refletir sobre a atuação de Nísia Floresta na imprensa, com ênfase no seu caráter educativo.

Nísia Floresta nasceu no dia doze de outubro de 1810. Seu pai era Dionísio Gonçalves Pinto, um advogado português e sua mãe, a brasileira Antônia Clara

Freire. Nísia nasceu num sítio da família, na cidade de Papari, no Rio Grande do Norte. Foi educada como muitas mulheres de sua época, submissa e preparada para o casamento, tanto que, em 1823, com apenas treze anos, se casou com Manuel Alexandre Seabra de Melo. O casamento durou apenas alguns meses, e com o final do matrimônio, Nísia Floresta voltou a residir com os pais, e, por conta da separação foi perseguida e ameaçada por seu ex-marido, pois naquela sociedade, a mulher sem marido era desprovida de direitos e estava sujeita ao preconceito (ALMEIDA; DIAS, 2009).

No ano de 1824, devido aos conflitos que havia na região, Nísia e sua família se mudaram para Pernambuco. Quatro anos depois, seu pai foi assassinado nas proximidades de Recife. Casou-se novamente, em 1828, com dezoito anos e foi morar com o seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem teve um casal de filhos, Livia e Augusto (ROSA, 2012).

Nísia Floresta viveu no Brasil, no século XIX, um país que a partir da Independência conquistada em 1822, atribuiu à instrução pública, a responsabilidade da modernização e da civilização. Ela residiu em vários estados brasileiros, e, de norte a sul conheceu a realidade educacional do país, com a qual se dedicou a contribuir. Além disso, foi uma personalidade que viajou por vários países da Europa, o que contribuiu para sua formação intelectual.

No império, a educação escolar não tinha uma estrutura sistematizada para todo o território brasileiro, herança do período colonial. Diferentes perspectivas delineavam a estrutura da sociedade. Em se tratando da educação, estava pautada em diferentes perspectivas: pelo catolicismo dogmático; e pelo conservadorismo das oligarquias.

Conforme Saffioti (2013), a Igreja Católica representava um pensamento conservador que procurava manter a ordem, objetivando preservar a estrutura patriarcal da família, “[...] advogavam os católicos alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas [...]” (SAFFIOTI 2013, p. 291). Nessa concepção, era negada a participação das mulheres nas dimensões política ou administrativa, alegando-se o caráter moral e social. Conforme essa perspectiva,

[...] a mulher poderia continuar operando, mantidas as suas condições de vida, como freio às tentativas de transformações mais ousadas. O baixo nível de educação feminina é, assim, defendido em nome da necessidade moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

A perspectiva conservadora da sociedade imperial estava baseada em ideias arcaicas em que a mulher era submissa ao homem, na questão política, na questão econômica e no espaço social. Contexto em que o chefe da família era o homem, o qual tomava as decisões.

Diante desse cenário, Nísia Floresta desenvolveu sua produção intelectual objetivando uma formação feminina, que privilegiasse os mesmos conteúdos ensinados

ao sexo masculino, pois considerava importante educar as mulheres para contribuírem com o desenvolvimento social do país, já que o sexo feminino é responsável por cuidar de outros indivíduos. Além de autoria de diversos livros, também publicou em jornais do período, os quais tiveram a mulher como tema e manteve o Colégio Augusto com o objetivo de educar as mulheres.

Nísia Floresta, considerada pela historiografia nacional, uma representante do movimento feminista no Brasil, teve expressão não somente no interior do movimento, mas, sobretudo, na seara educacional. Dessa forma, a finalidade do texto se constituiu em analisar as intervenções que a intelectual Nísia Floresta promoveu na sociedade brasileira, no século XIX, na área da educação. Para isso, o trabalho encontra-se dividido em três partes: na primeira, busca-se compreender a defesa da educação como condição para a autonomia da mulher. Na segunda parte, discutimos de que forma a autora colaborou com a educação da mulher brasileira. Na terceira parte, refletimos sobre a atuação de Nísia Floresta na imprensa, com ênfase no caráter educativo. Para tanto, as fontes utilizadas para essa pesquisa foram os livros: *Direito das mulheres e injustiças dos homens*; *Opúsculo Humanitário e Cintilações de uma alma brasileira* e textos escritos na imprensa, pela intelectual.

A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA A MULHER

Nísia Floresta foi uma intelectual, que apesar de viver em uma época na qual a mulher desempenhava um papel submisso na sociedade, deixou registrada na história, a sua contribuição para a formação da mulher num período marcado pela escravidão negreira e pela servidão feminina. Concordamos com Borges e Machado (2018), ao apresentarem a importância do estudo dos intelectuais na constituição da história da educação no Brasil, pois:

[...] os intelectuais assumem proeminência no cenário social local, regional, nacional ou universal. Ganham destaque pela força de suas ideias, pelos posicionamentos políticos assumidos publicamente, pela sua capacidade de mobilização da população e/ou por se tornar liderança, dirigente, de determinados grupos sociais. Por isso, se tornam importante objeto de estudo para a História da Educação, pois são eles que elaboram interpretações para a realidade e teorizam sobre os diferentes aspectos da vida humana em sociedade. São eles os convocados pela sociedade civil organizada ou pelo Estado para emitir opiniões sobre determinados assuntos e elaborar teorias, projetos, leis e propostas para a vida social e para a educação (BORGES E MACHADO, 2018, p.194).

É com essa base singular, que apresentamos a intelectual, com uma personalidade arrojada que defendeu uma educação feminina que privilegiasse, além das prendas domésticas, o acesso à cultura e ao conhecimento científico como condição de autonomia para as mulheres. Influenciada por ideias feministas concebidas em experiências fora do Brasil, como a obra de Mary Wollstonecraft publicada em 1792 e os ideais positivistas, Nísia Floresta defendeu a educação da mulher, valorizando-a não somente como mãe e como filha, mas como um indivíduo que possuía direitos na

sociedade, os quais seriam conquistados por meio de uma educação de qualidade. Isso fica evidente, no livro “Conselhos à minha filha”, escrito no ano de 1842, por meio do qual a autora alertava a sua filha, acerca da forma como as mulheres eram tratadas na sociedade, por sua condição de gênero, conforme se pode observar a seguir:

Minha querida filha, há no mundo duas sortes de admiradores de nosso sexo, uma assaz comum, outra extremamente rara. A primeira é daqueles homens que, olhando-nos com desprezo, não veem em nós, assim como nessas lindas flores que se colhem para servir-nos de um ornato passageiro, mais do que um objeto digno somente de lisonjear seus sentidos. A seus olhos, uma mulher amável é sempre aquela que reúne mais graças exteriores e, ousados pela fraqueza com que os prejuízos de nossa educação nos apresentam aos olhos do mundo, eles têm estudado e põem em prática uma linguagem toda engenhosa para atrair nossa atenção e triunfar dessa fraqueza a despeito de nossa virtude mesma (FLORESTA, 1842, p. 49).

Nísia Floresta acreditava que a condição de preconceito à que as mulheres estavam sujeitas na sociedade, era proveniente da educação medíocre e limitada que recebiam. O fato de somente os homens terem o privilégio de receberem instruções científicas, os deixavam em vantagem para triunfarem em todos sentidos sobre a vida das mulheres, inclusive, adquirindo o direito de decidirem por elas. Os homens culturalmente utilizavam a fraqueza física, a incapacidade de reflexão e o natural gosto pelo adorno como pretextos para manter as mulheres em constante estado de submissão, por isso, não tinham interesse em educar as mulheres, para melhor dominá-las.

Nos seus setenta e cinco anos de vida, Nísia Floresta foi mãe, esposa, filha, escritora, poetisa e, além disso, uma crítica da educação presente na sociedade do século em que viveu. Dotada dessa personalidade multifacetada, rompeu barreiras, ao quebrar paradigmas existentes na sociedade, contrapondo-se ao consenso da época de que o conhecimento científico era inútil às mulheres: “[...] não pode ser, portanto, senão uma inveja baixa e indigna, que os induz a privar-nos das vantagens a que temos de um direito tão natural, como eles” (FLORESTA, 1989a, p. 49). A educação era para a autora um direito natural, não só dos homens, mas, principalmente, das mulheres, devido à sua capacidade de interferir na formação de outros indivíduos na sociedade.

Nísia Floresta (1989a, p. 45) afirmava que não pretendia operar uma reforma no espírito do país, mas alertava às autoridades competentes para o fato de que “[...] se quiserem elevar o Brasil a assumir a posição que lhe compete, é necessário associar a mulher a esse importante trabalho”. Para isso, defendia a necessidade de empreender uma reforma no sistema educacional da época, para ofertar instrução igualitária para homens e mulheres.

A CONTRIBUIÇÃO DE NÍSIA FLORESTA NO CAMPO EDUCACIONAL

No período imperial, o Brasil vivenciava uma monarquia centralizadora e católica,

na qual, a Igreja e o Estado prosseguiram compartilhando o poder. A sociedade que tinha como base, o trabalho escravo, era basicamente

[...] composta por negros livres, índios, escravos, agregados, artesãos, sitianteiros, marinheiros e por um grande número de indivíduos mais ou menos desocupados de vida incerta e aleatória que, nos casos mais extremos se dedicavam a vida social, à vadiagem e a prostituição (PRADO JUNIOR, 2004, p. 198).

Nesse cenário, o país também contava com uma educação escolar desorganizada, que era herança do período colonial. As escolas existentes eram escassas, destinadas às primeiras letras e um tipo de saber que em nada auxiliava na obtenção de um maior conhecimento da ciência burguesa, até então produzida, pois prevalecia o saber livresco, notadamente sob a influência do catolicismo dogmático, por isso, o analfabetismo era reinante (XAVIER, 1994).

No século XIX, a legislação previa escolas para meninas, entretanto, a população feminina era marginalizada no precário sistema escolar do Império, situação que se arrastava desde o período colonial. As mulheres das camadas populares não recebiam instrução, ao passo que, nas camadas superior e média, as mulheres recebiam em graus variados, uma educação doméstica (XAVIER, 1994).

Diante desse cenário educacional, a partir da década de 1850, a iniciativa privada ganhou força no campo educacional pelo pouco investimento realizado na educação nas províncias. Sendo assim, a elite brasileira contratou professores para educar as jovens em suas próprias residências ou enviava-as para estudarem nos colégios internos. Tais Colégios eram mantidos, na maioria das vezes, pelas diversas congregações católicas ou por protestantes, que aqui chegaram, na segunda metade do século XIX.

Nesse contexto histórico, a maior parte da população feminina no Brasil era analfabeta. As poucas mulheres que aprendiam a ler e escrever, assim faziam em suas próprias casas, com suas preceptoras, professoras contratadas da Europa, que ensinavam também os ofícios domésticos, como bordar, ser mãe e uma boa dona de casa.

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos. Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época (DUARTE, 2010, p. 12).

A mulher brasileira no século XIX apresentava traços de nossa herança portuguesa, que a colocava numa condição de submissão e recolhimento, na qual serviam seus maridos, seus filhos e seus pais. Todavia, Dionísia Gonçalves Pinto foi o

nome de batismo de uma mulher que romperia com os paradigmas conservadores de seu tempo, mulher que estudou, viajou, produziu ideias e ficou conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Esse pseudônimo composto por Nísia era o final de seu nome de batismo. Floresta, o nome do sítio onde nasceu. Brasileira é o símbolo de seu ufanismo. Augusta é uma recordação de seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha (ROSA, 2012). Foi com esse pseudônimo que lutou pelos menos providos socialmente, pois acreditava que a educação seria uma ferramenta que poderia elevar a condição desse grupo social. Para ela:

A história, principalmente a de nossa terra, de que bem poucas se ocupam, é um estudo útil e agradável, mais digno de ocupar as suas horas vagas que certos contos de mau gosto, inventados pela superstição ou fanatismo ignorantes para recrear a mocidade sem espírito. Fazei-lhes compreender desde a infância que a mulher não foi criada para ser boneca dos salões, a mitológica-ridícula divindade a cujos pés queimam falso incenso os desvairados adeptos do cristianismo. Inspirai-lhes o sentimento de sua própria dignidade e a firme resolução de mantê-la intacta e vantajosamente, por ações dignas da mulher, dignas da cristã, dignas da humanidade (FLORESTA, 1989b, p.164).

A autora denunciava uma sociedade que legitimava as desigualdades e o preconceito contra as mulheres, por isso propôs maneiras pelas quais acreditava que as meninas deveriam ser educadas para alcançar perspectivas de ter uma família feliz, cuidar bem dos seus filhos e seguir o exemplo de esposa virtuosa, numa sociedade patriarcal, e, assim, conquistar o respeito dos homens. A menina deveria ser boa, para se tornar boa mulher e conseguir um bom matrimônio dentro da dignidade cristã (ROSA, 2012).

É notável a contribuição de Nísia Floresta nas questões em defesa dos direitos das mulheres, porém, a sua contribuição, enquanto intelectual da educação é visível em seus escritos, quando Nísia Floresta defende o respeito mútuo, que, segundo ela, deveria existir na sociedade, a mesma está apresentando a sua visão de educação na qual não poderia haver discriminação de sexo para se ter direito à educação de qualidade. Da mesma forma, ela defendia em seus escritos, os direitos de escravos e índios.

O CARÁTER EDUCATIVO DA IMPRENSA E AS CONTRIBUIÇÕES DE NÍSIA FLORESTA

É necessário explanar que diferentes movimentos usaram a imprensa, notadamente, os jornais, como estratégia para sua divulgação e, de modo específico, observamos que a imprensa evidenciou papel ímpar nesse contexto, tornando-se um instrumento utilizado na República. De acordo com Ivana Guilherme Simili (2008), no livro “Mulher e Política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)”,

Durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras encontrou na imprensa, principalmente nos jornais editados

pelas mulheres, uma maneira de proclamar e de difundir a insatisfação com relação aos papéis atribuídos a elas pelos homens. Buscavam incitar mudanças no status econômico, social e legal das mulheres (SIMILI, 2008, p. 27).

No momento em que alguns jornais femininos como: *Jornal das Senhoras* (1852), *Bello Sexo* (1862), *Sexo Feminino* (1873), *O Domingo* (1873), *Primavera* (1880) [...] (SFORNI, 1996, p.60), surgiam nos país, Nísia Floresta escreveu vários textos como contos, poesias, crônicas, entre outros. Nos seus escritos, procurava defender os direitos das mulheres, índios e dos escravos, discutindo princípios de igualdade e respeito entre as pessoas. Sforni (1996) destaca que:

[...] em jornais femininos editados durante o Império, encontram-se várias denúncias às condições da mulher. O princípio da utilidade é adotado para avaliar o seu cotidiano. Com base nesse princípio, as editoras atacavam a futilidade da maioria das mulheres, que tinham como maior ocupação a preocupação com a moda ou a participação em reuniões para “falar dos outros” [...] (SFORNI, 1996, p. 60).

A imprensa foi utilizada pela intelectual como instrumento para propagar suas concepções de sociedade. Para Tomé e Machado (2017, p.58), Nísia Floresta “[...] fez denúncias à condição social e educacional da mulher na sociedade imperial”. Uma vez que, imprensa neste período adquiriu um caráter formador, porque incorporou debates de problemas candentes na sociedade brasileira, denunciado por intelectuais, que buscavam civilizar e incluir o país numa presumida rota de desenvolvimentos e de progresso (MACHADO, 2007). O caráter educativo da imprensa se fazia presente no ato civilizatório de disseminar ideias provenientes dos países Europeus, especialmente da França, por suas ideias iluministas (SODRÉ, 2011).

O caráter educacional da imprensa periódica se fez possível devido sua aceitação generalizada no século XIX, pois ganhou vulto, especialmente no âmbito educacional, no seu veio mais propriamente cultural que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente da cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de projetos (MIZUTA, 2010). Em um tempo em que o acesso à educação não era democrático, em que o mundo vivia mudanças constantes, disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmou como importante difusora das chamadas luzes. Logo, naquele cenário, o jornalista se confundia com o educador, via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros, por meio de seus escritos jornalísticos (LUTOSA, 2003).

Diante da escassez de condições propícias à germinação de ideias educativas e civilizadoras, no qual havia poucas medidas para disseminação dos saberes elementares, não seria fácil lançar as luzes do conhecimento, portanto, a imprensa se constituiu como um meio propício para disseminação de posições. Emergiam vários intelectuais empenhados em colocar o país no “caminho do desenvolvimento”, e entre os quais sobressaiu a figura de Nísia Floresta, que fez seus primeiros escritos no jornal “*Espelho das Brasileiras*”, em 1831, um jornal dedicado às senhoras pernambucanas e que pertencia ao francês Adolphe Emille de Bois Garin. Nísia Floresta colaborou com trinta números do jornal; em seus artigos discutia a condição feminina na nossa

sociedade e a importância de uma boa educação para as mulheres como condição para o desenvolvimento do Brasil.

Inspirada pela “[...] utopia feminista que moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas, a qual tinha a educação como a condição primeira e fundamental para libertar a mulher da condição de opressão e submissão em que se encontrava (DUARTE, 2010, p. 15). Nísia Floresta, dedicou sua produção intelectual à bandeira da educação veiculada, tanto por discursos, como em tratados e poesias, como artigos jornalísticos.

Dentre muitos escritos, Nísia, em 1832 lançou “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, no qual discutia o valor da mulher e o preconceito que existia contra o sexo feminino, talvez seja por isso que até hoje ela é considerada precursora do movimento feminista no Brasil. Conforme apresentado por Duarte, o livro, “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, marcou o início da sua trajetória. Os textos discutidos pela autora apresentaram diferentes focos sobre educação, alguns criticando e colocando seu ponto de vista sobre a educação destinada ao sexo feminino, outros com tom ameno com a pretensão de transmitir conhecimentos sobre a conduta adequada para as mulheres e meninas (DUARTE, 2008, p. 105-115).

Nísia Floresta escreveu cerca de quinze títulos que foram publicados, não só em português, como em outros idiomas. Seus textos tinham o propósito de educar uma sociedade ideologicamente conservadora que tinha a mulher numa posição de inferioridade e incapacidade intelectual. Com muita audácia, ela utilizou todas as oportunidades possíveis para apresentar a sua concepção de educação à sociedade.

Indignou-se com a educação de modo geral e, sobretudo, com a ausência de uma proposta educacional voltada para a mulher. Nessa perspectiva buscou a transformação da realidade posta com sua produção intelectual, na qual, além de denunciar as injustiças impostas às mulheres, antecipou a emancipação feminina pela via do conhecimento, valorizando a educação, enquanto meio necessário para a autonomia e valorização da mulher na sociedade. No ano de 1932 começou a carreira no magistério, buscando com a sua prática provar a importância da educação para as mulheres.

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra (FLORESTA, 1989a, p.52).

Historicamente, a feminização do magistério ocorre no final do século XIX, no entanto, nos anos em que Nísia Floresta viveu, tanto no Brasil, quanto em países da Europa, sempre se preocupou com a educação, não só da mulher, mas a educação como um todo, e rompeu com dogmas ao ser diretora de uma instituição educativa para meninas aqui no Brasil.

As primeiras Escolas Normais do país (de Niterói, em 1835; de Minas Gerais, em 1840; da Bahia, em 1841, e de São Paulo, em 1846), até quase o final desse século, atendiam apenas à formação dos professores do sexo masculino e eram, na verdade, pouco mais que uma complementação ao primário. Não possuíam equivalência com o secundário e limitavam-se a reproduzir os conteúdos do ensino elementar, com uma pequena iniciação pedagógica. Enfim, tratava-se apenas de um curso primário “superior”. Como as professoras estavam impedidas por lei de frequentar tal curso, se queriam saber um pouco mais deveriam contar com as poucas instituições femininas que podiam lhes oferecer uma habilitação ao magistério primário, tal como o Seminário de Nossa Senhora da Glória, de São Paulo, que ensinava a meninas sem recursos (DUARTE, 2010, p.24).

É no Rio Grande do Sul que Nísia Floresta dirige uma escola para meninas, mas devido aos conflitos existentes na região, se transferiu com sua família para o Rio de Janeiro, no ano de 1837. No ano seguinte, Floresta inaugurou o “Colégio Augusto” para meninas, que funcionou de 1838 a 1855, cujo nome é uma homenagem ao companheiro falecido. De acordo com o *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1854, p. 244):

O “Colégio Augusto” situava-se na Rua de D. Manoel, entrada pela Travessa do Paço, nº 23 e ensinava as seguintes matérias: Leitura; Caligrafia; Religião Cristã; Aritmética; História; Geografia; Línguas; Ginástica para a educação do corpo e Gramática Portuguesa; Francesa; Italiana e Inglesa; Música; Dança; Piano; Desenho e toda a sorte de trabalhos de agulha.

No Colégio, eram distribuídos os Estatutos que explicavam as condições e circunstâncias de admissão para alunas internas e externas, a limitação de alunas por turmas como forma de garantir a qualidade do ensino, bem como os planos de estudos a serem ensinados gradativamente às educandas, de acordo com a vontade de seus pais.

O Colégio Augusto, trouxe avanços consideráveis para o seu tempo, porque as instituições educativas voltadas para o público feminino, que atuavam na época, enfatizavam, especialmente, o desenvolvimento das prendas domésticas, por isso, se limitavam a ofertar um ensino superficial da língua materna e as noções rudimentares das quatro operações de matemática (DUARTE, 2010).

A valorização da “educação da agulha” e o ensino das prendas domésticas em detrimento da instrução científica para a vida e para o trabalho “[...] era um fato tão aceito como sendo o mais correto, que não faltou quem criticasse o colégio de Nísia Floresta por incluir disciplinas consideradas supérfluas para a formação das meninas”. (DUARTE, 2010, p. 17).

Nísia Floresta foi severamente criticada pela sua proposta inovadora de educação feminina, por sua proposta de “[...] uma pedagogia, até então diversificada das que vinham sendo aplicadas até o momento, colocando em prática o ensino das disciplinas que eram reservadas à educação masculina [...]” (TOMÉ; MACHADO, 2017, p. 57). As críticas não se referiam à sua capacidade intelectual, mas ao modelo de educação oferecido no colégio, no qual era diretora, muitos comentários eram de caráter machista, em relação ao modelo de educação feminina. Um dos críticos era o

jornal O Mercantil de Minas Gerais, que, em diversas ocasiões se opôs ao método de ensino adotado pelo Colégio Augusto. Isso fica evidente em uma matéria publicada em 16 de janeiro de 1847, ao fazer um levantamento sobre os métodos de ensino dos colégios brasileiros.

Vamos a rua de D. Manuel e lançamos vista sobre o Colégio Augusto, dirigido por D. Nísia Floresta Augusta. Há casa de educação que tem o mal gosto de ensinar as meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas parece que Dona Augusta acha isto muito prosaico. Ensina-lhes Latim. E porque não o Grego e Hebraico? Pobre diretora! Está tão satisfeita de si mesma e de seu colégio; está tão intimamente persuadida que é o primeiro estabelecimento de instrução do Império, que, em verdade causa dó arrancar-lhe tão suave ilusão [...]. Dona Nísia que nunca viu senão o próprio Colégio o põe acima dos demais. Há nesta opinião mais ingenuidade do que verdade. Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece um tanto do verdadeiro fim da Educação que é adquirir conhecimentos úteis, e não vencer dificuldades sem nenhuma dificuldade real (O MERCANTIL, 16/01/1847, p. 03).

Para o jornal, a sociedade precisava de mulheres que recebessem instrução para o trabalho doméstico, pois “[...] os maridos precisam de mulheres que trabalhem mais e falem menos” (O MERCANTIL, 02/01/1847, p. 02), para se dedicarem ao lar e ao cuidado dos filhos, portanto, ensinar conhecimentos científicos para as mulheres seria uma ilusão, não só, por sua incapacidade de aprender, mas porque o verdadeiro fim da educação era ensinar conhecimentos úteis a serem desenvolvidos em seu ambiente natural.

Nesse contexto brasileiro, Nísia Floresta continuou sua viagem literária por meio de mais publicações como “Conselhos à minha filha” (1842), um livro dedicado à filha Lívia, como presente pelo aniversário de doze anos. Esse foi o trabalho de Nísia mais editado e traduzido. Mesmo com tantas críticas ao seu trabalho, Nísia não recuou e foi pioneira ao encarar a responsabilidade por um discurso inovador de uma educação.

Educai o coração da mulher, esclarecei seu intelecto com o estudo de coisas úteis e com a prática dos deveres, inspirando nela deleite que se experimenta ao cumpri-los; purgai a sua alma de tantas nocivas frivolidades pueris de que se acha rodeada mal abre os olhos à luz. Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é que a escrava dos vossos caprichos. Não façais dela a mulher da Bíblia; a mulher de hoje em dia pode sair-se melhor do que aquela; nem muito menos a mulher da Idade Média da qual estamos todas tão distantes, que não poder-nos-ia servir de modelo; mas a mulher que deve progredir com o século XIX, ao lado do homem, rumo à regeneração dos povos. (FLORESTA, 1997, p.115).

Não foram poucas as vezes que artigos anônimos eram escritos no jornal do Rio de Janeiro difamando a Nísia Floresta e criticando o tipo de formação dada às alunas do Colégio Augusto, contudo, isso não intimidava essa mulher cheia de sonhos e ideias que lutava por uma educação de qualidade e útil à mulher brasileira.

As escolas primárias tinham antes o aspecto de casas penitenciárias do que de casas de educação. [...] A palmatória era o castigo menos afrontoso reservado às meninas por mulheres, em grande parte, grosseiras, que faziam uso das discípulas onde ousavam imprimir alguma vez a mão, sem nenhum respeito para com a decência nem o menor acatamento ao importante magistério que, sem compreender, exerciam. (FLORESTA, 1989b, p.61).

No ano de 1849, Nísia foi para Europa para tratar da saúde de sua filha, mas, em 1852, ela retornou ao Brasil e no ano seguinte saiu a publicação de seu livro “Opúsculo Humanitário,” com textos que discutem a condição educacional da mulher no país. Segundo Dias (2009), esse livro expõe as correntes filosóficas e pensamentos que influenciaram a autora. O pensamento liberal progressista e o pensamento positivista que norteavam sua orientação quanto à qualidade do ensino.

Após anos de funcionamento, o Colégio Augusto fechou as suas portas e Nísia retornou para a Europa. Nessas idas e vindas, ela conheceu pessoas que contribuíram na sua formação, como um dos representantes do positivismo, Augusto Comte, com quem trocou várias cartas.

Ter-se-á um enorme trabalho em abrir escolas, academias e asilos de caridade; promulgar leis, dilatar o horizonte das ciências e da arte; favorecer e ampliar o comércio e a agricultura; alinhar exércitos formidáveis; não se chegará nunca a curar as chagas gangrenadas da sociedade, se se continuar a desleixar a educação moral dos povos. Essa educação não se efetuará nem com armas, nem com o poder do ouro, vil metal que tudo compra, e sim com o amor e a virtude. (FLORESTA, 1997, p.134).

Os textos dessa intelectual brasileira foram publicados em outros países, reafirmando a condição de intelectual de Nísia Floresta Brasileira. Pode-se analisar que os escritos de Nísia Floresta denunciavam a situação excludente das mulheres, escravos e índios no Brasil. Nísia Floresta morreu em abril de 1885, na França, entretanto, deixou sua contribuição como educadora.

A importância de Nísia Floresta enquanto cidadã e educadora foi reconhecida e o Decreto-Lei nº 146, de 23 de dezembro, mudou o nome da cidade de Papari, para “Nísia Floresta”, em homenagem a essa mulher que lutou pela dignidade, respeito e educação das mulheres. Em setembro de 1954, os restos mortais de Nísia Floresta foram trazidos para a sua cidade natal, já com o seu nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nísia Floresta deixou um legado de ousadia ao defender a instrução da mulher numa sociedade patriarcal que via a mulher como um ser frágil, que devia ser submissa à vontade do pai e do marido, qualidades essas que expressavam o estereótipo de “moça de família”. Dessa maneira, estudar sobre essa mulher intelectual e conhecer o papel desempenhado em um século, no qual imperava valores masculinos, é sem dúvida importante para a compreensão da história da educação feminina brasileira. Seus textos são tidos como educativos, pois contribuíram com a construção do pensamento educacional do século XIX. Os pensamentos e as ideias que foram reproduzidas pela arte de escrever foram responsáveis por levar conhecimento e reflexão à sociedade vigente do século em que Nísia Floresta viveu, mais do que isso, sua contribuição intelectual perpassa por décadas e séculos. Sua colaboração se deu na valorização da mulher e da educação que tinha como objetivo, a construção de

uma nação civilizada.

Nísia Floresta, mesmo morando por muitos anos fora do Brasil, em nenhum momento deixou de apontar e fazer investigações sobre os problemas brasileiros de ordem social, buscando soluções para a conjuntura instalada. Defendeu a nação perante a sociedade europeia que tinha uma visão equivocada do Brasil.

Igualmente, não podemos deixar de mencionar que, no século XIX, a maioria da população brasileira era analfabeta e o acesso à educação era prioridade da elite, todavia, a contribuição de Nísia Floresta se deu ao questionar o papel da educação naquela sociedade e discutir a educação como uma possibilidade de autonomia da mulher. Dessa forma, podemos afirmar que educar, com respaldo nos textos que Nísia Floresta escreveu era emancipar e contribuir para a formação de uma pessoa que respeitava o outro independente do sexo ou cor. Nunca desvalorizou o papel representado pela mulher na sociedade, papel de mãe, esposa e filha, mas discutiu o valor atribuído a essas funções. Além disso, orientou as mulheres sobre a importância de ter uma educação útil que contribuísse para a libertação feminina do jugo da ignorância e da desvalorização social. Esse foi um de seus legados e o que marcou sua trajetória no século XIX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; DIAS, Elaine Teresinha Dal, Mas. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Rhela**.Vol. 13. Ano 2009, pp. 11 – 27.

BORGES NETTO, M.; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Possibilidades interpretativas para as pesquisas sobre intelectuais na história da educação: ação intelectual de Florestan Fernandes. **Notandum (USP)**, ano XXI, v. 47, p. 193-213, maio-ago. 2018.

COLÉGIO de meninas. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**, 1854, 12ª ano, segunda série IV, 619 p.

DUARTE, Lima Constância. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (orgs). **Vozes Femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008. p. 105-144.

DUARTE, Lima Constância. Nísia Floresta Brasileira Augusta. IN: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros (org). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 2010.

FLORESTA, Nísia. **Conselhos à minha filha**: com 40 pensamentos em versos. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1842.

_____. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens**. Editora Cortez: São Paulo:1989a.

_____. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez, 1989b.

_____. Cintilações de uma alma brasileira. Florianópolis / Santa Cruz: **Ed. Mulheres / Ed. Da UNISC**, 1997. p. 115-7.

- COLÉGIO Augusto: Instrução pública. **O Mercantil**. Minas Gerais, ano IV, nº 02, 02 jan. 1847, p.02.
- INSTRUÇÃO pública: revista dos colégios da capital. **O Mercantil**, Minas Gerais, ano IV, nº 17, 16 jan. 1847, p. 03.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **O que você precisa saber em história da Educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- LUTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornais na independência 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e educação “em preto e branco”: a atuação de Rui Barbosa no Diário de Notícias (1889). In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-52.
- MANOEL, Ivan. **A Igreja e a educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- MIZUTA, Celina Midori Murasse. O jornal O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação do século XIX. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes; PERIOTTO, Marcília Rosa (Orgs.). **Império em debate imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: Eduem, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil (1907-1990)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROSA, Grazieli Rinaldi da. **Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”**: contradições na filosofia de educação nisiana. 2012. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes: Mito ou realidade**. Editora: Expressão Popular, 2003.
- SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 1996.
- SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 2011.
- TOMÉ, Dyeinne Cristina; MACHADO, Maria Cristina Gomes. “Saiba pouco ou saibanada”? Reflexões sobre a educação feminina do Brasil colonial ao Império. IN: MAIO, Eliane Rose (org). **Educação, Gênero e feminismo: Resistências bordadas com fios de luta!** Curitiba: Editora CRV, 2017.
- XAVIER Maria E. S. Prado - **História da educação - a escola no Brasil** - São Paulo - FTD – 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-28-4

